



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**PEDAGOGIA EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: uma Experiência no
Memorial da Justiça de Pernambuco**

Marina Beltrão da Silva Moura

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado à Universidade Federal Rural de
Pernambuco, como requisito para a conclusão
do Curso de Graduação em Licenciatura em
Pedagogia da Unidade Acadêmica de
Educação a Distância e Tecnologia.

Orientador(a): Prof^a Dr^a Aliete G. C. Rosa

**Recife,
2023**

PEDAGOGIA EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: uma experiência no Memorial da Justiça de Pernambuco

Marina Beltrão da Silva Moura

Licenciatura em Pedagogia UAEADTec/UFRPE
Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE
m.marinabeltrao@gmail.com

Aliete Gomes Carneiro Rosa

Licenciatura em Pedagogia UAEADTec/UFRPE
Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE
aliete.rosa@ufrpe.com

RESUMO: O profissional da Pedagogia pode hoje atuar em diversos espaços além da escola: como museus, Organizações Não Governamentais (ONGs), editoras, centros de reabilitação, brinquedotecas, hospitais, empresas, fóruns e tribunais de justiça, entre outros. Apesar disso, as possibilidades de atuação do pedagogo em espaços não escolares são ainda pouco discutidas nos cursos de formação de professores e poucas são as oportunidades de prática profissional para os estudantes de Pedagogia através de estágio supervisionado nesses espaços. O interesse em desenvolver este trabalho surgiu da realização de estágio supervisionado não obrigatório no setor educativo do museu do Memorial da Justiça de Pernambuco, entre os meses de janeiro de 2022 a julho de 2023. Devido à diversidade de funções que pode abrigar, o museu se mostra como um espaço privilegiado para a promoção da educação não formal sob uma perspectiva de formação integral para a cidadania, pois além de proteger o patrimônio cultural, é um campo vasto de possibilidades educativas e atividades para os mais diversos públicos que o frequentam. Dessa maneira, este relato objetiva apresentar as possibilidades de atuação do pedagogo em espaços não escolares através do relato das experiências vivenciadas durante o estágio supervisionado no Memorial da Justiça de Pernambuco do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Para isso, utilizamos uma abordagem descritiva, tendo como recursos primordialmente o diário do estágio, a pesquisa documental e bibliográfica além de consulta a formulários de visita e participação nas atividades educativas/museológicas. Como resultado, esperamos que este trabalho possa fomentar o interesse de estudantes e profissionais pela educação patrimonial e contribuir para a discussão sobre as possibilidades de atuação da Pedagogia.

Palavras-chave: Pedagogia. Espaços não-escolares. Educação Patrimonial. Educação Museal.

Introdução

É notável a ampliação dos campos de atuação da Pedagogia, estendendo-se para além da educação formal nas escolas. O profissional da Pedagogia pode hoje atuar em diversos espaços como museus, ONGs, editoras, centros de reabilitação, brinquedotecas, hospitais, empresas, fóruns e tribunais de justiça, entre outros. Apesar disso, as possibilidades de atuação do pedagogo na educação não formal são ainda pouco discutidas nos cursos de formação de professores e poucas são as oportunidades de prática profissional para os estudantes de Pedagogia através de estágio supervisionado nesses espaços.

Assim, este relato tem como objetivo geral apresentar as possibilidades de atuação do pedagogo em espaços não escolares através do relato das experiências vivenciadas durante o estágio supervisionado no Memorial da Justiça de Pernambuco do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Devido à diversidade de funções que pode abrigar, o museu é um espaço privilegiado para a promoção da educação sob uma perspectiva de formação integral para a cidadania, pois além de protegerem o patrimônio cultural, são um campo vasto de possibilidades educativas e atividades para os mais diversos públicos que o frequentam.

Motivado a partir da realização de estágio supervisionado não obrigatório no Memorial da Justiça de Pernambuco, centro cultural e de memória do TJPE, incentivado pela supervisão no intuito de registramos as experiências vivenciadas durante o período de um ano e meio junto à equipe do setor educativo do museu, bem como nossas reflexões críticas.

Iniciado em janeiro de 2022, com a flexibilização das restrições das atividades presenciais nas instituições públicas do Recife devido à pandemia de Covid-19, o estágio supervisionado no museu possibilitou a integração de diversos saberes a partir da prática profissional em um ambiente não formal de ensino, por meio da colaboração de uma equipe de trabalho interdisciplinar para a educação patrimonial.

Para isso, utilizamos como recursos a pesquisa documental e bibliográfica, diário de estágio, consulta a formulários de visita e participação nas atividades educativas/museológicas. Como resultado, esperamos que este trabalho possa fomentar o interesse de estudantes e profissionais pela educação patrimonial e contribuir para a discussão sobre as possibilidades de atuação da Pedagogia.

1 Referencial Teórico

1.1 A Pedagogia em espaços não escolares

Apesar de, etimologicamente, a palavra “Pedagogia” ser derivada do grego *paidós* (criança) e *agodé* (condução), se referindo à educação de crianças, as possibilidades atuais de atuação do profissional da Pedagogia extrapola as fronteiras da escola, o que tem sido objeto de estudo há décadas por autores como Libâneo (1988), Libâneo e Pimenta (1999) e Saviani (2007). Ainda assim, a atuação do pedagogo em espaços não escolares continua a ser uma temática instigante e pouco conhecida pela comunidade geral como vemos nos estudos de Reis (2013), Severo (2015), Pereira (2016), entre outros pesquisadores, o que nos leva à necessidade de falar brevemente sobre alguns conceitos pertinentes a este trabalho.

Essa visão ampliada da atuação do pedagogo é tratada por Libâneo em suas várias publicações e estudos, defendendo que a Pedagogia é, antes de tudo, um campo científico, não apenas um curso; explicando-nos:

A Pedagogia ocupa-se, de fato, da formação escolar de crianças, com processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos; diz respeito ao estudo e à reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo, sobre as práticas educativas, para poder ser uma instância orientadora do trabalho educativo. (Libâneo, 2002, p.4)

Numa perspectiva ampliada da educação para a cidadania, como concebida atualmente, a atuação do pedagogo não precisa se restringir as salas de aula da Educação Básica, tendo assegurado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais a “produção e difusão do conhecimento do campo educacional em contextos escolares e não escolares” (Parecer CNE/CP nº 5/2005), como nos traz seu texto:

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares. (Brasil, Parecer CNE/CP nº 5/2005, p.20)

Assim, o pedagogo é o profissional que pode atuar em várias instâncias da prática educativa, nos mais diversos espaços, sejam estes, escolares ou não. Cabe aqui também explicar que a prática pedagógica em espaços escolares constitui o que conhecemos como educação formal, e então, comparativamente, podemos delimitar também o que é a educação não formal que aqui trataremos.

Como nos traz Gohn (2006) “considera-se a educação não-formal como uma área do conhecimento ainda em construção”; logo, para uma melhor compreensão do tema ressaltaremos aqui algumas características da educação não formal de acordo com os estudos da autora, que explica:

A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas. (Gohn, 2006, p. 28)

Assim, podemos perceber que a prática pedagógica em espaços não escolares está relacionada à educação não formal, pois segundo Gohn (2006), ela ocorre nos “territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais”, ideia complementada pela necessidade da participação ativa dos educandos, enquanto protagonistas, para que o aprendizado ocorra.

Nas palavras de Gohn (2006): “há na educação não-formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes”, ou seja,

a educação não-formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. (Gohn, 2006, p. 29).

Compreendemos, desta maneira, que os museus podem ser territórios de aprendizado, onde a intencionalidade da educação não formal relaciona-se diretamente com a participação ativa dos educandos, neste caso, os visitantes, mediados pela prática pedagógica dos profissionais nestes espaços. Nesse sentido, várias são as possibilidades de atuação dos pedagogos em museus: planejamento de ações, realização e avaliação de mediações, oficinas, atividades formativas e de integração de equipe, elaboração de materiais educativos, comunicação através das mídias, entre muitas outras possibilidades dentro da educação museal.

1.2 Educação Patrimonial e Educação Museal

Vários autores que trabalham com a Educação Patrimonial (Fonseca, 2005; Toletino, 2013) afirmam que a gênese dessa área do conhecimento no Brasil esteve atrelada à própria história da criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - em 1937. Dentro desse processo de construção da Instituição, os autores afirmam que o IPHAN desenvolveu uma prática preservacionista de modelo colonialista, eurocêntrica, com base na preservação de bens, no intuito de criar uma história patrimonial que se baseasse numa unidade nacional, seguindo, assim, o modelo de resguardo de bens materiais palpáveis, como os monumentos históricos de representação nacional, que retratassem um passado colonial e uma herança de uma colonização europeia, que pudessem fazer face com bens do “velho mundo”.

Num panorama mundial, Martins *et al.* (2013) nos trazem que a educação patrimonial foi impulsionada no período pós Segunda Guerra, com o surgimento de associações internacionais de profissionais de museus, como o Conselho Internacional de Museus (ICOM), havendo assim uma intensificação do papel educativo dos museus em todo o mundo:

Isso possibilitou trocas de ideias e experiências, ampliando o conceito de museu e de patrimônio. Percebermos, também, nesse mesmo período, uma mudança nas relações dos museus com a sociedade e uma ampliação das funções sociais dessas instituições:

de locais de guarda e estudo de coleções passaram a locais de debate de ideias sobre o patrimônio preservado. (Martins *et al.*, 2013, p. 15)

Já no Brasil, a educação patrimonial é impulsionada após a década de 1980, conforme Castro *et al.* (2020) esclarecem:

A partir da década de 1980, o termo “educação patrimonial” teve seu uso difundido no Brasil, com o objetivo de trabalhar com o patrimônio cultural estabelecido, primordialmente, nos museus e nos monumentos históricos visando promover a sua valorização e apropriação, capacitando os indivíduos “para o melhor usufruto desses bens”. Neste contexto, surgiram outros termos que buscaram problematizar os usos de “educação patrimonial”, tais como “educação para o patrimônio” e “educação com o patrimônio”. (IBRAM, 2018, p. 73)

De acordo com Fonseca (2005), um ponto importante de abertura no campo do Patrimônio se dá no Brasil com a política do Livro de Registro dos Bens Imateriais, que é implantado pelo decreto-lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, ampliando a natureza do patrimônio com o instituto do registro dos bens, que se cerca de quatro livros: 1) Livro de registro dos saberes; 2) Livro de registro das Celebrações; 3) Livro de registro das formas de expressão; 4) livro de registro dos lugares, reconhecendo a importância e visando a preservação da cultura popular.

A partir da primeira década desse século, durante o governo os dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva houve um grande desenvolvimento e a estruturação de políticas culturais e aparelhamento do estado com programas culturais públicos de implementação de editais e de criação de instituição e órgãos, como o IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), que ajudará a desenvolver o setor de Museus com políticas e estratégias instrumentais, como a criação de diversos cursos de Museologia em 2009.

Assim, a educação museal é um neologismo que se refere à educação que ocorre nos museus, e que se caracteriza pela intencionalidade na ação educativa. Conforme nos ensina Castro *et al.* (2020):

Mais recentemente, o termo “Educação Museal” (...) contempla um conjunto integrado de planejamento, sistematização, realização, registro e avaliação dos programas, projetos e ações educativas museais – quanto de um campo científico. O termo vem sendo usado por vários autores para se referir **ao conjunto de práticas e**

reflexões concernentes ao ato educativo e suas interfaces com o campo dos museus.

A Educação Museal envolve uma série de aspectos singulares que incluem: os conteúdos e as metodologias próprios; **a aprendizagem; a experimentação;** a promoção de estímulos e da motivação intrínseca a partir do contato direto com o patrimônio musealizado, **o reconhecimento e o acolhimento dos diferentes sentidos produzidos pelos variados públicos visitantes e das maneiras de ser e estar no museu;** a produção, a difusão e o compartilhamento de conhecimentos específicos relacionados aos diferentes acervos processos museais; **a educação pelos objetos musealizados; o estímulo à apropriação da cultura produzida historicamente, ao sentimento de pertencimento e ao senso de preservação e criação da memória individual e coletiva.** É, portanto, uma ação consciente dos educadores, voltada para diferentes públicos. (IBRAM, 2018, p.74)

Compreendemos assim, os museus como lugares privilegiados para a Educação. Mas os museus, além lugares de educação, são também lugares de memória, aos quais podem ser atribuídos diferentes sentidos, como nos ensina Pierre Nora (1984) em seus estudos. Para Nora (1984), “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos, e, nesse sentido, ela está em permanente evolução (...) A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. Daí a noção de lugares de memória. De acordo com Neves (2007),

os lugares de memória são, primeiramente, lugares em uma tríplice acepção: **são lugares materiais** onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; **são lugares funcionais** porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas **e são lugares simbólicos** onde essa memória coletiva – vale dizer, essa identidade - se expressa e se revela. **São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória.** (Neves, 2007 *grifos nossos*)

Dessa maneira, percebemos que a ideia de lugar de memória é uma construção social, histórica e cultural que pode possuir diversos significados e valores, dependendo do interesse que despertam aos seus públicos, os contextos em que se situam, os sujeitos envolvidos em seus processos, entre outras variáveis.

Baseada nos estudos de Nora (1984), Margarida Neves (2007) nos alerta que, ao atuarmos nos lugares de memória, devemos observar com cuidado a coletividade e refletir sobre as questões: “são lugares de que memória ou de que memórias? São lugares de memória de quem e para a construção de que

identidades e de que projetos?”. É a partir dessas reflexões que podemos pensar uma prática educadora crítica para a educação patrimonial e museal.

2. O Memorial da Justiça de Pernambuco

O Memorial da Justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) está localizado na antiga Estação do Brum, prédio tombado pelo IPHAN e pela Fundarpe, tendo sido a primeira estação da Estrada de Ferro Recife Limoeiro e Timbaúba, construída em 1877, situa-se no Bairro do Recife, junto ao Porto, como consta no site do TJPE (2023).

De acordo com pesquisa do professor José Luiz da Mota Menezes, conforme dados do site do TJPE, a edificação foi construída em alvenaria de tijolos e coberta com telhas francesas, sustentadas por uma estrutura metálica de desenho simples. De acordo com o pesquisador, o desenho dessa estrutura nos remete aos modelos, sem ornatos, característicos do tempo da construção, com a exceção do terraço que envolve essa edificação pelo lado poente, constituído por ferros fundidos ornamentados vindos da Europa e depois montados no Recife.



Figura 1: Memorial da Justiça visto da Av. Alfredo Lisboa (Assis Lima, Ascom TJPE)

O Memorial desenvolve trabalhos nas áreas de arquivo e museu, além de possuir uma biblioteca especializada de apoio às suas atividades. Sob a guarda de seu arquivo histórico, encontram-se processos judiciais de ações criminais e cíveis das Comarcas do Estado de Pernambuco, documentos esses de caráter público que

abrangem principalmente o século XIX e a primeira metade do século XX, entre eles cento e vinte mil processos judiciais da Comarca do Recife.

O arquivo, de acordo com a especialista em arquivo e gerente do Memorial, Mônica Pádua, “tem como função identificar, documentar no sistema informatizado os dados sobre o acervo, guardar e disponibilizar o acesso à informação para pesquisa a fim de divulgá-los”. Também são realizados junto ao acervo procedimentos de conservação, como a higienização dos documentos, desinfestação, acondicionamento, assim como o restauro de documentos históricos.

Enquanto centro de memória e pesquisa, o Memorial busca cumprir com a atual definição de museu segundo o Conselho Internacional de Museus (ICOM), aprovada em agosto de 2022, que conceitua um museu como

uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas **para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento.** (ICOM, 2022)

Segundo o TJPE (2023), o Museu tem como função principal guardar, preservar, catalogar e divulgar a documentação histórica da justiça pernambucana, de modo a disponibilizar seu acervo à pesquisa, tornando-o acessível ao público em geral. Com o intuito de ser um espaço cultural do Poder Judiciário, é reservado para exposições, cursos, palestras e seminários relacionados à História, Direito e Cultura, buscando assim oferecer aos visitantes um panorama da história da Justiça em Pernambuco.

As ações educativas destinadas ao público pretendem promover a interação entre Ciências Sociais, História e Direito, a fim de provocar reflexões a respeito das dinâmicas sociais e do sistema judiciário nos diferentes contextos históricos. Entre essas ações destaca-se o processo de visitação e mediação das exposições.

De acordo com a Declaração de Caracas¹ (ICOM,1992), os museus desenvolvem um processo de comunicação que explica e orienta suas atividades

¹ A Declaração de Caracas foi um documento elaborado a partir do seminário "A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios", em Caracas, Venezuela, em 1992, reunindo representantes de diversos

específicas, ou seja, como nos ensina a pesquisadora Judite Primo “os museus não são somente fontes de informação ou instrumentos de educação, mas espaços e meios de comunicação que servem ao estabelecimento das interações da comunidade com o processo e com os produtos culturais.” (Primo, 1999).

Dessa maneira, o museu do Memorial busca criar uma relação de aproximação entre o visitante e o Poder Judiciário, através de suas exposições e de experiência da história da Justiça em Pernambuco, estando vinculado à Comissão de Gestão e Preservação da Memória do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Sua primeira exposição permanente, “Da Casa da Relação ao Tribunal de Justiça de Pernambuco”, mostrou o caminho do Tribunal no Estado desde a sua criação até nossos dias. Nesta exposição, foi utilizado mobiliário para recriação da sala de um Desembargador, juntamente com uma galeria de retratos de todos os desembargadores presidentes do TJPE, desde quando se chamava Superior Tribunal de Justiça até os tempos atuais, seus respectivos nomes e períodos das gestões. Atualmente, o Memorial apresenta a exposição de longa duração “Uma Questão de Justiça”, inaugurada em 2009, que aborda os temas “Liberdade e Justiça” e “Cidadania e Justiça”, elaborada a partir de processos históricos referentes à escravidão, à capoeira e ao cangaço.



Figura 2: Visita de estudantes da ETE Dom Bosco ao Memorial da Justiça; fotos do grupo na fachada original do prédio (à esquerda) e na exposição “Uma questão de Justiça” (à direita). (Fotos: Rosângela Dias, 2022 – Disponível em: <<https://etedomboscolibrary.blogspot.com>>)

Hoje o Memorial da Justiça possui 10 funcionários, estando efetivamente com 9 funcionários no desempenho das atividades, tendo em vista que uma funcionária se encontra de licença-prêmio e irá em breve se aposentar. Ele conta também com 8 funcionários de uma empresa prestadora de serviços ao TJPE: uma de serviços gerais, duas do assessoramento administrativo e vigilância do espaço, e cinco funcionários auxiliares de arquivo, que trabalham na digitalização dos processos físicos, para formar o arquivo documental digital dos processos. O quadro é composto ainda, atualmente, por quatro estagiários: duas estagiárias bolsistas: uma de museologia e uma pedagoga, e, dois estagiários voluntários, dos cursos de museologia e de história, respectivamente.

Dentre os funcionários, a gerente, que está no cargo desde a criação do Memorial, em 1999, é doutora em história e arquivista e dedica desde a fundação parte de sua vida para criação e manutenção desse órgão. Os demais funcionários desempenham as seguintes atribuições: o administrativo (possui apenas um funcionário), a pesquisa (um funcionário), a direção da digitalização e biblioteca (um funcionário), a conservação e recolha do acervo arquivístico (um funcionário), a revista do Memorial (um funcionário), setor educativo-museal (um funcionário) e setor de mídias sociais (duas funcionárias).

Além das atividades no próprio Memorial da Justiça, desde 2021, o setor Educativo é responsável também pela organização de visitas e atividades nos espaços do TJPE, pelas mediações no Palácio da Justiça (sede do Poder Judiciário de Pernambuco), com a exposição TJPE: 200 anos de História, e no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, tendo inaugurado em junho deste ano um Espaço Cultural com a exposição “A Cidade, as Pessoas e O Fórum”.



Figura 3: Palácio da Justiça visto da Praça da República (à esq.) e equipe do Educativo do Memorial da Justiça na Sala dos Retratos, no Palácio da Justiça (à direita). (Fotos: Mariana Jucá, 2022)

3. Uma experiência de estágio supervisionado no Memorial da Justiça

Refletindo sobre os ensinamentos de Pimenta e Lima (2004), entendemos o estágio supervisionado como um “eixo articulador entre teoria e prática”, executado *in loco*, onde o estudante-estagiário tem contato com a realidade profissional onde pode não apenas conhecê-la, mas também desenvolver competências e habilidades específicas necessárias para sua atuação profissional.

Começamos o estágio supervisionado em janeiro de 2022, ainda no período de restrições da pandemia, onde o museu não estava recebendo público e alguns funcionários estavam ainda em trabalho remoto. Como as atividades junto ao público estavam temporariamente suspensas, esse período inicial foi utilizado para que a equipe estudasse e refletisse criticamente sobre o material bibliográfico referente à exposição “Uma Questão de Justiça” e também para que fôssemos nos ambientando com as particularidades que o estágio supervisionado em um Tribunal de Justiça pode apresentar.

Inicialmente, deparamo-nos com uma série de burocracias e passos que necessitavam ser cumpridos de uma maneira específica, completamente diferente do que estávamos acostumadas. Assim, a estagiária de Pedagogia e a estagiária de Museologia tínhamos a prática que havíamos adquirido nas salas de aula e outra estagiária mais experiente tinha a vivência em museus e oficinas de bordado. Responsável pela equipe do Educativo estava o nosso supervisor de estágio² com experiências e formações diversas. Embora estivesse liderando uma equipe como museólogo pela primeira vez, já contava com mais de 20 anos de experiência como servidor público em atividade fim do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Pimenta e Lima (2004) nos ensinam que a função do orientador é refletir com seus alunos sobre as vivências que já trazem, e vislumbrar um novo conhecimento que ressignifique suas práticas, ponderando as condições objetivas, a história e as relações de trabalho. Nesse sentido, o supervisor do estágio nos deu grande

² Fábio Cunha é pesquisador e auxiliar judiciário estadual de Pernambuco há mais de 20 anos, estando hoje lotado no Memorial da Justiça de Pernambuco do TJPE. Trabalha atualmente com práticas museais e educativas nessa instituição, tendo formação em Licenciatura e tendo sido professor da Educação Básica, além de possuir bacharelado em Museologia e em Direito. É atualmente o museólogo do Memorial da Justiça e mestrando em Antropologia pela UFPE.

liberdade e autonomia para que pudéssemos ir nos apropriando dos conteúdos, identificando demandas e tentando apontar caminhos que pudéssemos chegar a soluções. Para isso, fizemos debates entre a equipe, tentando pensar criticamente o conteúdo que iríamos trabalhar e tentando imaginar também que tipos de questões e possibilidades que nós poderíamos ter com a chegada do público.

Durante esse período nós também visitamos alguns espaços do Tribunal no Palácio da Justiça e no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, que nós estagiárias ainda não conhecíamos. Nessas ocasiões, os funcionários do Memorial nos apresentaram os espaços, contando as suas experiências e realizando conosco o processo de mediação que eles faziam geralmente com o público antes da pandemia, então, foi um processo formativo pela observação do “como era feito” e “como poderíamos fazer”, partindo do ponto de vista de um historiador e de uma servidora com formação em educação inclusiva que já haviam trabalhado com a pedagoga do TJPE durante alguns anos e realizavam as atividades do Educativo.

Depois de alguns meses, com a suspensão das restrições da pandemia nós começamos a receber visitas espontâneas no Memorial da Justiça; geralmente eram pesquisadores, duplas ou grupos pequenos com até cinco pessoas, o que nos deu a oportunidade de fazer uma mediação mais aproximada, dialogada, procurando também perceber quais eram as impressões das pessoas, seus conhecimentos prévios e curiosidades sobre os temas abordados na exposição.

Como meta para o primeiro ano, foi-nos proposto pela supervisão que elaborássemos um pôster e um Plano Educativo para o Memorial. A elaboração de um novo pôster sobre a exposição “Uma Questão de Justiça”, foi decorrente da identificação que o material antigo se encontrava já defasado e não havia sido considerada em sua concepção a acessibilidade comunicacional.

A acessibilidade e a inclusão foram premissas levantadas pela gerente do Memorial, que já havia participado da realização da mostra “do Concreto ao Sensorial” que deixou como legado três maquetes táteis para o museu e da elaboração da *Exposição TJPE: 200 anos de História*, que possui acessibilidade em Libras, Legendas para Surdos e Ensurdidos (LSE) e audiodescrição do conteúdo exposto, por isso, nos recomendou que todo material educativo ou ações que nós fossemos elaborar, deveríamos pensar na inclusão como prioridade.

Então, passamos não só a prestar mais atenção na maneira de comunicar os conteúdos aos diferentes públicos, mas também nos diversos desafios que o público poderia nos apresentar como receber pessoas com baixa visão, pessoas cegas, pessoas surdas, idosos, crianças, entre outros públicos específicos. Também nos preocupamos com a linguagem utilizada nas mediações para que pudéssemos aproximar o público do judiciário, pois, muitas vezes, as formas de comunicação utilizadas pelas pessoas do Direito, conhecidas popularmente como "juridiquês", prejudica a entendimento do conteúdo pelo público geral.

Pouco tempo depois que iniciamos o estágio, também nos foi passada uma demanda acumulada, que era a concepção de uma exposição para o Fórum Rodolfo Aureliano a partir do acervo pessoal do desembargador falecido que havia sido doado pela família do mesmo. Foi-nos solicitado que a nova exposição trouxesse informações para o público sobre as mudanças que aconteceram no Fórum ao longo dos anos desde sua inauguração no ano 2000 até os dias atuais, e paralelamente, trouxesse ao público a trajetória de Rodolfo Aureliano no TJPE.

Dessa maneira, utilizamos os primeiros meses para levantar bibliografia e subsídios para a montagem da exposição. Com a pesquisa inicial, a partir de uma publicação sobre a vida do desembargador, passamos a pensar como poderíamos unir dois temas aparentemente tão diferentes. A partir dos estudos sobre a implantação do Fórum na ilha de Joana Bezerra, passamos a refletir sobre os impactos sociais e urbanísticos que a obra trouxe para a população local e para a cidade do Recife como um todo. Assim, começamos a buscar também registros anteriores a construção do Fórum junto ao Arquivo Público, a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), ao museu da Cidade do Recife e outras instituições que poderiam nos trazer informações e materiais relevantes para a narrativa expositiva que estávamos construindo.

Durante alguns meses, dividimos nosso tempo entre a pesquisa e o estudo para a exposição que denominamos de "A Cidade, as Pessoas e o Fórum" e os processos de mediação no Memorial, de modo que muitas vezes, nós nos revezávamos entre essas atividades, visto que tínhamos uma demanda de trabalho bastante significativa e poucas pessoas na equipe.

Com a reabertura dos espaços públicos para visitação, passamos também a fazer mediações para grupos uma vez por semana no Palácio da Justiça, mediante

agendamento. Havia uma demanda acumulada de grupos interessados na visita, principalmente faculdades, estudantes de Direito e de História e turistas, uma vez que o Palácio da Justiça é um patrimônio reconhecido de Recife e localiza-se estrategicamente no Bairro de Santo Antônio, próximo a outros edifícios históricos notáveis que também recebem visita, como o Teatro Santa Isabel, o Palácio do Campo das Princesas e a Capela Dourada.

Também havia no Palácio da Justiça a exposição “TJPE: 200 anos de História”, a qual trazia processos históricos resgatados pelo Memorial e que não estava recebendo o público devido às restrições da pandemia, pois a mesma havia sido programada para ser exibida entre 2021 e 2022. Desta maneira, percebendo que as exposições são, atualmente, a principal forma de comunicação dos museus e dos centros culturais com seus públicos, isto aconteceria também no Memorial da Justiça de Pernambuco.

Logo, era necessário que nos apropriássemos dos conteúdos referentes à história do Palácio da Justiça e sobre a exposição temporária para que pudéssemos realizar o processo de mediação junto ao público de uma maneira interdisciplinar. Assim, passamos a estudar também sobre o Palácio da Justiça, trazendo nossa percepção para os seus aspectos arquitetônicos, artísticos e funcionais, juntamente com a história do Tribunal de Justiça de Pernambuco para que pudéssemos realizar mediações nesses diferentes espaços.

Para Fazenda (2014), “a interdisciplinaridade constitui-se numa atitude, uma maneira de ser e fazer relacionada a uma nova maneira de enxergar e lidar com o conhecimento”. Nesse sentido, a prática educativa dentro dos museus necessita ser pensada e exercida em diálogo entre as partes que o constituem, no caso do Memorial da Justiça: Pedagogia, Museologia, História, Direito, Biblioteconomia e Arquivologia, pois como nos ensina essa autora, a “interdisciplinaridade é essencialmente um processo que precisa ser vivido e exercido”. Podemos entender melhor essas ideias sobre a disciplinaridade nos esquemas abaixo:

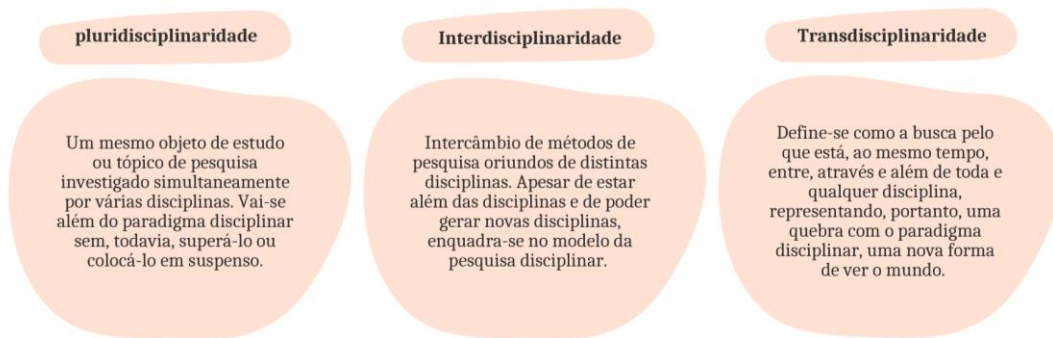


Figura 4: Relações entre a disciplinaridade (adaptado de Fazenda, 2014)



Figura 5: Diferença entre Multidisciplinaridade e Interdisciplinaridade (adaptado de Fazenda, 2014)

Ao iniciarmos o estágio supervisionado nos deparamos com uma segmentação dos campos de conhecimento, onde os núcleos de Museu, Pesquisa, Conservação e Educativo estavam trabalhando isoladamente temas que são transversais, como a conservação de documentos (acervo), a educação patrimonial e a mediação nos espaços museais, conforme nos ajudam a compreender as Figuras 4 e 5. Assim, entendemos que o Memorial tinha uma natureza multidisciplinar evidente e que havia a necessidade de integrá-lo a partir de um instrumento comum que pudesse articular as suas várias funções, neste caso, através da elaboração de um plano museológico pela equipe do Educativo.

Assim, o Programa “Educativo” pode ser entendido como parte do plano museológico, sendo que todo museu, idealmente, deve ter seu próprio plano por recomendação do IBRAM. Esse documento norteia a atuação dos profissionais nas instituições e possibilita a continuidade dos trabalhos, baseados em princípios definidos pela própria Instituição. Sua elaboração segue algumas diretrizes, ilustradas abaixo, na Figura 6:

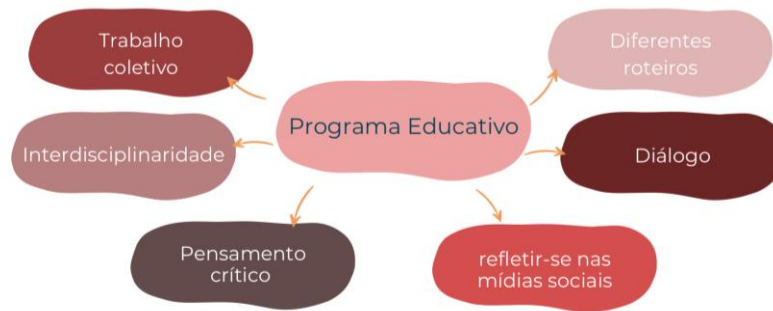


Figura 6: Diretrizes que constituem um Programa Educativo (adaptado de IBRAM, 2018)

O plano museológico, por sua vez, é algo maior, estruturado em programas, e, para que todos os programas e projetos sejam cumpridos, é necessário que os colaboradores atuem em conjunto. O plano museológico é um documento que fortalece e reafirma a importância do museu em todos os aspectos, tanto em sua imagem externa como nas metas e estratégias. Sua elaboração deve seguir a estrutura ilustrada abaixo na Figura 7:



Figura 7: estrutura de um plano museológico (adaptado de IBRAM, 2018)

Assim, as nossas atividades dentro do Educativo, além de trazerem uma nova abordagem na mediação dos espaços, baseada no Plano, resultaram em algumas ações e resultados como: produção e concepção de uma exposição no Fórum Rodolfo Aureliano, concepção de um novo fôlder para a exposição atual do Memorial, publicidade e comunicação através do Instagram e do site Portal da Memória, entre outros, colaborando para a comunicação do Judiciário com o público e com os próprios servidores, simultaneamente.

São produtos que ajudam a comunicar essas ideias para o público no intuito de propagar essa visão do tribunal como importante espaço de memória, juntamente com as narrativas passadas através das mediações diretamente ao público, tornando-se mais uma maneira de atingir as pessoas. Salieta-se que uma das funções do museu é ser espaço aberto para o diálogo, para desconstrução de ideias e acreditamos que isso é importante ser estimulado nos seus diversos âmbitos.

3.1. Aspectos Sistemáticos da Prática Pedagógica no Museu de Justiça

Para fins de sistematização deste relato, utilizamos como recursos a pesquisa documental e bibliográfica, o diário de estágio, consulta a formulários de visita e participação nas atividades educativas/museológicas, onde o campo de estágio foi o museu do Memorial da Justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco, na perspectiva de observar e analisar quais as possibilidades de atuação do pedagogo dentro desse espaço.

A observação se deu a partir da realização de estágio supervisionado não obrigatório no setor educativo do Memorial da Justiça, tendo uma carga horária mínima de atividades de 20 horas semanais, durante o período transcorrido entre janeiro de 2022 e julho de 2023, o que possibilitou uma imersão no campo estudado.

Na pesquisa bibliográfica buscamos selecionar textos que embasassem o referencial teórico, a partir de portais de pesquisa online como o Google Acadêmico e em bibliotecas de livre acesso como a da SciELO. Também buscamos em instituições de referência em ensino como na Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), entre outras.

Este relato descreve, assim, aspectos da experiência e da vivência acadêmica e profissional em um dos pilares da formação universitária, apresentando uma descrição da atuação do estagiário de pedagogia no museu do Memorial da Justiça de Pernambuco, durante o período transcorrido entre janeiro/2022 e julho/2023.

Para o desenvolvimento do trabalho, além da pesquisa bibliográfica e documental, buscando organizar as atividades, logo no início do programa de

estágio começamos a tomar notas em um caderno (diário de estágio) e criamos um workspace do Google a partir de uma conta compartilhada entre os integrantes do setor educativo, por ser uma ferramenta gratuita, intuitiva e que os estagiários já estavam familiarizados, onde registramos e compartilhamos nossas observações de campo, impressões, questionamentos e demandas em arquivos de texto e planilhas.

Assim, compartilhamos documentos, publicações, manuais etc. que achávamos pertinentes ao processo formativo interdisciplinar no nosso Google Drive e passamos também a “abastecê-lo” com fotografias, vídeos e outros registros das nossas atividades de visitas técnicas, mediações, formulários, pesquisas, entre outros, organizando-as em pastas compartilhadas online.

O processo de acompanhamento das atividades foi feito sistematicamente junto ao nosso supervisor por meio de reuniões semanais, onde anotávamos as demandas, debatíamos as pautas e distribuíamos as tarefas. A burocracia demandada pela Instituição favoreceu a organização do trabalho da equipe, pois a gerente nos orientou a elaboração de relatórios trimestrais de atividades, de modo que periodicamente estávamos registrando e avaliando as atividades realizadas pela equipe, e ao final do ano, realizamos com mais segurança e praticidade o relatório de atividades anual, revisitando os registros anteriores. Nesse sentido, ao realizarmos os relatórios buscamos também estimular entre nossa equipe uma reflexão crítica sobre a prática como nos ensina Freire (2020), a fim de ponderar as dificuldades e vislumbrar as possibilidades nas nossas atividades no Museu.

Atualmente, o educativo do Memorial da Justiça conta com uma equipe interdisciplinar composta por um museólogo, uma estagiária de Pedagogia, duas estagiárias de Museologia e um estagiário de História. Diante do exposto anteriormente e do entendimento da interdisciplinaridade dentro da instituição museal, essa equipe poderia ser ainda ampliada e variada em atuações, o que resultaria numa diversificação maior de perspectivas, expandindo nosso potencial e qualidade de atuação.

Após um ano e meio de estágio, nossa equipe já havia planejado pelo menos 10 ações educativas, incluindo a participação do Memorial da Justiça em eventos relevantes como as 20ª e 21ª Semana Nacional de Museus, Dia da Memória do Judiciário, ações culturais em datas significativas para a sociedade como no Dia do Patrimônio e no Mês da Consciência Negra, onde realizamos debates e rodas de

diálogo sobre a presença negra nos espaços judiciais e em cargos de poder. Organizamos visitas, oficinas e realizamos algumas dezenas de mediações para grupos de instituições públicas e privadas do ensino básico e do ensino superior e para o público geral nos três espaços de atuação do Memorial da Justiça.

Participamos, também, de momentos formativos como visita técnicas a outros museus, como ouvintes no Encontro Nacional da Memória e de debates junto ao Ministério Público, e também realizamos cursos para desempenhar melhor nossas atividades como a mediação em espaços culturais e a acessibilidade de exposições.

Além das funções que se referem à organização e ao planejamento das atividades, um importante parte do papel do pedagogo no Museu é a integração da equipe, com o acompanhamento e avaliação das atividades, que recebeu ao longo desse período houve a chegada e saída de alguns estagiários, dos quais apenas dois continuaram até o final deste semestre, colaborando conosco nas mediações, sendo necessárias reorganizar várias vezes e adaptar as atividades que havíamos planejado anteriormente.

Como frutos do nosso trabalho, conseguimos a publicação do novo fôlder do Memorial impresso em Português, disponibilizado também em outras línguas no Portal da Memória através do site <<https://www.tjpe.jus.br/web/portal-da-memoria/memorial-da-justica/museus>>; idealizamos e inauguramos o Espaço Cultural do Fórum e a Exposição “A Cidade, as Pessoas e O Fórum” como vemos na figura 8; divulgamos atividades educativas através do Instagram @memorialtjpe, potencializando a comunicação com o público e facilitamos o acesso de centenas de pessoas que nunca haviam visitado o Palácio da Justiça, o Memorial ou o Fórum Rodolfo Aureliano antes, democratizando os espaços do Judiciário; o Plano museológico e o programa educativo do museu estão sendo elaborados e esperamos que em breve sejam implementados.



Figura 8: Equipe do Educativo do Memorial da Justiça no Espaço Cultural do Fórum Rodolfo Aureliano (à esq.) e atividades realizadas para a Exposição (à direita). (Fotos: Mariana Jucá, 2023)

Considerações Finais

Este relato almejou por meio da realização de estágio supervisionado no Memorial da Justiça de Pernambuco, refletir sobre as possibilidades de atuação do pedagogo em espaços não formais de educação, tendo como enfoque o museu. Com base nos resultados encontrados no desenvolvimento da pesquisa, pode-se indicar que o objetivo geral foi alcançado.

Os resultados apresentados levam a contribuições teóricas e práticas; dentre os principais resultados, destacamos o museu como espaço de possibilidades para a atuação profissional da Pedagogia, podendo o pedagogo realizar o planejamento e avaliação de ações, mediações, oficinas, exposições, atividades formativas e de integração de equipe, elaboração de materiais educativos, comunicação através das mídias, entre outras atividades educativas que possa desenvolver profissionalmente no museu, entendendo aqui o museu como um espaço de educação não escolar e campo da educação não formal.

No que tange às contribuições teóricas, através da pesquisa documental e do referencial bibliográfico, este relato apresentou a educação não formal, a educação patrimonial, a educação museal e suas características. Também relatou uma experiência de estágio supervisionado através da vivência de uma estudante de Pedagogia no Memorial da Justiça de Pernambuco, tomando este museu como campo de estudo e de prática profissional, simultaneamente.

Compreendemos desta maneira, que os museus podem e devem ser territórios de aprendizado, onde a educação não formal está relacionada com a participação ativa dos visitantes, mediados pela prática pedagógica dos profissionais nestes espaços, e por isso é importante que os educadores estejam atentos aos desejos e necessidades específicas do público, considerando a sua diversidade.

Vimos também que o trabalho no museu possibilita que o pedagogo seja pesquisador e gestor de sua prática, como já mencionamos anteriormente, é necessário que a formação docente se baseie na articulação entre teoria e prática conforme dito por Freire (2013). Nesse sentido, a partir dos conceitos apresentados por esse educador, compreendemos a práxis como a prática reflexiva, por meio da qual se vai da “ação à reflexão e, desta, novamente à ação”, num movimento que se retroalimenta, nas palavras do professor “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (Freire, 2020, p. 40).

Como contribuição social, a atuação do pedagogo junto aos museus pode servir para ampliar e democratizar o acesso do público geral a espaços culturais e de memória, aproximando-os do patrimônio, fomentando a inclusão e a acessibilidade, estimulando nas pessoas sentimentos de pertencimento e de identidade, podendo contribuir para uma educação para a cidadania.

No que tange as limitações para realização deste trabalho, podemos citar a burocracia do Tribunal de Justiça que envolve as atividades, sejam elas relacionadas à comunicação com o público externo, ou mesmo as barreiras atitudinais e comunicacionais dentro da própria Instituição, como bloqueio de acesso a sites educacionais. Percebemos como limitante a demora em concretizar-se qualquer ação educativa, mesmo que simples, como a compra de material para as oficinas, devido à quantidade de etapas e setores envolvidos nos diferentes processos, e que por vezes, desestimula as pessoas que tentam implementar inovações no trabalho educacional. Também ressaltamos aqui a redução na quantidade de funcionários no setor, dificultando sobremaneira a realização de mais ações educativas, pois a demanda de atividades acumulada torna-se bastante significativa.

Torna-se, portanto, interessante que futuras pesquisas sobre o tema possam estudar a atuação do pedagogo em museus em diferentes contextos do que o aqui apresentado, como museus particulares ou sob administração de prefeituras, por exemplo. Esperamos assim, que este relato possa contribuir para ampliar a

discussão sobre as possibilidades de atuação da Pedagogia, a fim que mais estudantes e profissionais se interessem por esse campo de atuação e possam fomentar a educação patrimonial e museal junto aos diferentes espaços de Educação.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP N°: 5/2005**. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_pcp0505.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2023.
- CASTRO, Fernanda; SOARES, Ozias; COSTA, Andréa. **Educação Museal: conceitos, história e política**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2020. Disponível em: <<https://mauc.ufc.br/wp-content/uploads/2022/03/2020-educacao-museal-volume-3-paginas-1-87-1.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2023.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). **Interdisciplinaridade: pensar, pesquisar, intervir**. São Paulo: Cortez, 2014.
- _____. **Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade na Formação de Professores**. Ideação, v. 10, n. 1, p.93–104, 2010. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4146?>>. Acesso em: 18 jul. 2023.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC/IPHAN, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido** 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- _____. **Pedagogia da autonomia** 63. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.
- GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal na Pedagogia social**. In: I Congresso Internacional de Pedagogia Social. São Paulo, 2006.
- ICOM, 1992I. **Declaração de Caracas** - ICOM, 1992. Cadernos de Sociomuseologia, v. 15, n. 15, 11.
- _____. **Nova Definição de Museu**. 2022. Disponível em: <http://www.icom.org.br/?page_id=2776>. Acesso em: 31 jul. 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF: Ibram, 2018. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

- LIBÂNEO, José Carlos. **Ainda as perguntas:** o que é Pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso de Pedagogia. 2002. Disponível em: <<http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/ainda-as-perguntas-o-que-e-Pedagogia-quem-e-o-pedagogo-o-que-deve-ser-o-curso-de-Pedagogia>>. Acesso em: 17 jul. 2023.
- MARTINS, L. C. NAVAS, A. M. CONTIER, D. SOUZA, M. P. C. **Que público é esse?** Formação de público de museus e centros culturais. 2013. São Paulo. Editora Percebe Educa. Disponível em: <https://www.percebeeduca.com.br/files/uploads/downloads/download_4.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2023.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.
- NEVES, Margarida de Souza. **Lugares de Memória na PUC-Rio.** Disponível em: <<http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/content/lugares-memoria-puc-rio>>. Acesso em: 17 jul. 2023.
- NORA, Pierre; AUN KHOURY, T. Y. **Entre Memória e História:** A Problemática dos Lugares. 1984. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 17 jul. 2023.
- PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência.** São Paulo: Cortez, 2004.
- PEREIRA, C, S. **Pedagogia em Espaços não Escolares.** 2016. Dissertação - Faculdade de Pará de Minas – FAPAM. Pará de Minas. Disponível em: <http://fapam.ddns.net:8085/admin/monografiasnupe/arquivos/20072017204046Simone_Conceicao_de_Souza_Pereira.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2023.
- PRIMO, Judite Santos. **Pensar Contemporaneamente a Museologia.** Cadernos de Sociomuseologia nº 16, 1999.
- REIS, G, M. **Pedagogo em espaços não escolares:** desafios e possibilidades. 2013. Dissertação (Curso de Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/7375/1/2013_GrazielleMatosdosReis.pdf>. Acesso em 17 jul. 2023.
- SEVERO, J, L. **Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas.** Revista Brasileira de Estudos em Pedagogia. Brasília, v. 96, n. 244, p. 561-576. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S217666812015000300561&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 17 jul. 2023.
- TOLENTINO, Átila (org.). **Educação patrimonial:** educação, memórias e identidades. Caderno Temático de Educação Patrimonial nº 03. João Pessoa: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pp 27-31, 2013.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO. Site do TJPE, 2023. **Memorial da Justiça do Tribunal de Justiça / Apresentação**. Disponível em: <<https://www.tjpe.jus.br/web/memorial-da-justica/apresentacao>>. Acesso em 17 jul. 2023.

_____. Portal da Memória TJPE, 2023. **Memorial da Justiça**. Disponível em: <<https://www.tjpe.jus.br/web/portal-da-memoria/inicio>>. Acesso em 20 jul. 2023.